



Afetações dos espaços assombrados na experiência urbana do Recife

Felipe Ibiapina e Felipe Araujo

Felipe IBIAPINA 

Universidade Federal do Piauí; Centro de Tecnologia; Departamento de Construção Civil e Arquitetura; ibiapinafelipe@gmail.com

Felipe ARAUJO 

Universidade Federal de Pernambuco; Centro de Artes e Comunicação; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano; felipe.hemeterio@ufpe.br

IBIAPINA, Felipe; ARAUJO, Felipe. Afetações dos espaços assombrados na experiência urbana do Recife. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, e 674, julho. 2026

data de submissão: 19/04/2026

data de aceite: 04/02/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.588

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Redação – rascunho original: IBIAPINA, F.; ARAUJO, F. Coleta de dados; Metodologia; Supervisão; Validação; Redação - revisão e edição: IBIAPINA, F.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Não possui.

Uso de I.A.: Os autores que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: Isis Pitanga e Ana Claudia Cardoso.



Resumo

O presente artigo, de natureza ensaística, insere-se no campo dos estudos urbanos, que reconhece a temporalidade como eixo central para a compreensão dos processos históricos, dos ritmos sociais e das transformações espaciais da cidade. O ensaio examina as lendas integrantes do que a contemporaneidade passou a reconhecer por Recife Assombrado como elemento estrutural para a elaboração imaginária da cidade, fundamental para a produção da identidade e memória cidadina. Propõe-se a leitura desses espaços do assombrado à luz da distinção entre sagrado e profano formulada por Mircea Eliade (2018), tomando o sagrado como espaço capaz de instaurar uma rotura cósmica outorgante de orientação no mundo. Nesse sentido, os edifícios assombrados são interpretados como espaços intersticiais: tocados por uma dimensão do sagrado, mas distintos de outras espacialidades consagradas — como as igrejas —, por conservarem um resíduo inapreensível e que pode ser situado no campo do Real laciano e/ou associado ao *infamiliar* (*das Unheimlich*) freudiano (Freud, 1919/2019) de sorte a suscitar inquietação e estranhamento. Ao tensionar os espaços assombrados como roturas entre tempos distintos, o artigo evidencia a potencialidade de conectar e sobrepor diferentes temporalidades urbanas, revelando permanências, fantasmas e descontinuidades que atravessam a experiência da cidade. Para mais, escrutina-se o rebatimento entre a construção simbólica e imaginária dos espaços do assombrado, e a estruturação da subjetividade dos seus habitantes, a partir de diálogos entre a teoria psicanalítica e a teoria da arquitetura. Assim, o ensaio contribui para ampliar o debate sobre as relações entre temporalidade, imaginário urbano e produção do espaço.

Palavras-chave: Recife Assombrado, Espaço Arquitetônico, Memória, Cidade.

Abstract

*This essay falls within the field of urban studies, which recognize temporality as a pivotal element for understanding historical processes, social rhythms, and spatial transformations in the city. The essay explores the legends that comprise what contemporary society has come to know as "Haunted Recife" as a structural element for the city's imaginary construction, and as a fundamental symbolic framework for the production of urban identity and memory. It proposes a reading of these haunted spaces in light of the distinction between the sacred and the profane formulated by Mircea Eliade (2018), taking the sacred as a space capable of establishing a cosmic rupture that provides orientation in the world. In this sense, haunted buildings are interpreted as interstitial spaces: touched by a dimension of the sacred, yet distinct from other consecrated spaces— such as churches —because they retain an ineffable residue that can be situated within the Lacanian Real and/or associated with the Freudian uncanny (*das Unheimlich*) (Freud, 1919/2019), thereby evoking unease and strangeness. By framing haunted spaces as ruptures between distinct times, the article highlights their potential to connect and superimpose such different urban temporalities, revealing continuities, ghosts, and discontinuities that permeate the experience of the city. Furthermore, it examines the interplay between the symbolic and imaginary construction of haunted spaces, and the structuring of their inhabitants' subjectivity, drawing on dialogues between psychoanalytic theory and architectural theory. Thus, the essay contributes to broadening the debate on the relationships between temporality, the urban imaginary, and the production of space.*

Keywords: Haunted Recife, Architectural Space, Memory, City.

Resumen

El presente artículo, de carácter ensayístico, se inscribe en el campo de los estudios urbanos que reconocen la temporalidad como eje central para comprender los procesos históricos, los ritmos sociales y las transformaciones espaciales de la ciudad. El ensayo analiza las leyendas que conforman el llamado Recife Embrujado como un elemento estructural del imaginario urbano y como un almacén simbólico fundamental para la producción de la memoria y la identidad ciudadanas. Los espacios embrujados son interpretados a partir de la distinción entre lo sagrado y lo profano propuesta por Mircea Eliade (2018), entendiendo lo sagrado como una ruptura en la continuidad espacial capaz de conferir orientación a la experiencia humana. Sin embargo, estos lugares se distinguen de otras espacialidades consagradas por conservar un residuo inaprehensible, situado en el campo de lo Real lacaniano y asociado a lo inquietante (das Unheimliche) formulado por Freud (1919/2019), que suscita extrañeza, desorientación y angustia. Al concebir los espacios embrujados como puntos de superposición temporal, el artículo destaca su capacidad para revelar permanencias, discontinuidades y fantasmas vinculados a la historia colonial de la ciudad. Asimismo, examina las relaciones entre la construcción simbólica de estos espacios y la configuración de la subjetividad de sus habitantes, contribuyendo al debate sobre temporalidad, imaginario urbano, producción del espacio y modos de habitar la ciudad contemporánea.

Palabras-clave: Recife Embrujado, Espacio Arquitectónico, Memoria, Ciudad.

Introdução

Uma extensa produção folclórica aborda os casos de assombração na cidade do Recife, impregnando a cena urbana de itinerários do “malassombro”. As narrativas que adotam como pano de fundo edifícios e logradouros conhecidos dos cidadãos atravessaram os “causos” da oralidade e foram eternizadas nas artes, cite-se a publicação “Assombrações do Recife Velho”, de Gilberto Freyre (1955/2000), na literatura, e o contemporâneo “O Agente Secreto”, dirigido por Kleber Mendonça Filho (2025). Este, obra audiovisual premiada internacionalmente e artífice massificador da lenda da “perna cabeluda” — autômato fantasmagórico que, segundo relatos populares, agredia de assalto transeuntes, com chutes e “rasteiras”, nas pontes sobre o Capibaribe, no Parque 13 de Maio e variados outros pontos da Região Metropolitana.

Nesse campo temático, um dos autores do ensaio em curso desenvolve em sua dissertação de mestrado (Araujo, 2023) uma genealogia, mapeamento e diagnose *in situ* dos contos assombrados. O texto pondera a semiose dos lugares constituintes do espaço urbano e cenário das lendas sobrenaturais do Recife, de sorte a investigar o fenômeno da permanente renovação

do folclore e correlacionar as alterações na narrativa fantástica com a evolução do contexto sociocultural de cada época, inferindo como as transformações físicas e espaciais são espelhadas no campo simbólico. Um apanhado dessas notas sobre o Recife Assombrado será esboçado na seção subsequente deste artigo.

Partindo da dissertação em comento, seguirá, como contribuição inédita do ensaio, uma reflexão acerca das possíveis afetações que as narrativas folclóricas, e suas ressonâncias subjetivas no campo simbólico, imprimem sobre a experiência espacial dos sujeitos que habitam a cidade. De pronto, cumpre estabelecer como alicerce conceitual que o folclore será abordado enquanto produto do gênio humano, de ordem material e imaterial, tomado como referência para a cultura de um povo – conforme acento de Câmara Cascudo (2012, p.304), “qualquer objeto que projete interesse humano, além de sua finalidade imediata, material e lógica, é folclórico”. Outro termo, bastante empregado neste ensaio, que requer delimitação, é “afetação”, adotado em sua acepção psicanalítica, como sendo um “efeito” subjetivo que se produz no sujeito quando do seu encontro com os significantes e com as representações fantasísticas que recobrem o desejo, incluindo-se, neste campo de possibilidades, a angústia, cuja característica diferencial decorre do encontro com o Real.

Diante do exposto, situa-se que o objeto de interesse deste trabalho recai sobre o espaço arquitetônico “malassombrado”: edificações, ruas e praças da cidade do Recife associadas a “visagens” e aparições que remontam a diferentes temporalidades e que aderem à cena urbana contemporânea.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho assume a forma de um ensaio teórico, adotado como estratégia de investigação, nos termos propostos por Theodor W. Adorno (2003). Em oposição à rigidez dos modelos positivistas e às pretensões de totalidade dos sistemas fechados, o ensaio opera por aproximações, articulações e deslocamentos conceituais, privilegiando o caráter fragmentário do conhecimento e a interlocução entre diferentes campos do saber. Tal perspectiva revela-se particularmente fecunda para a análise do espaço arquitetônico assombrado, uma vez que as relações entre cidade, folclore e psicanálise não se deixam apreender por esquemas dedutivos ou categorias estanques, exigindo uma abordagem capaz de sustentar tensões, ambivalências e contradições. Nesse percurso, a genealogia do Recife Assombrado desenvolvida por Araújo (2023) constitui o principal

ponto de partida empírico para a reflexão aqui empreendida, tendo como referência fundamental a obra *Assombrações do Recife Velho*, de Gilberto Freyre (1955/2000), seja por meio de sua utilização direta, seja pela interlocução com autores e estudos nela ancorados.

O trabalho busca respaldo em uma abordagem pluri-disciplinar, tangenciando o campo teórico da arquitetura, o da teoria psicanalítica, em diálogo com outros referenciais das ciências humanas e sociais aplicadas. Propõe-se uma via de compreensão para os efeitos do habitar a cidade, notadamente o arcabouço simbólico veiculado pelo espaço arquitetônico adjetivado assombrado, adotando o Recife como estudo de caso.

Assume-se alguns pressupostos teóricos fundamentais: (a) o espaço (arquitetônico) que dá forma às narrativas assombradas é investido de uma “aura” que o aparta da realidade profana, sendo embebido pelo estatuto das coisas sagradas — segundo Mircea Eliade (2018), responsáveis por orientarem o humano na ordem cósmica, instituindo as bases do mundo conhecido —; (b) alguns edifícios — Leitão (2021, p:04) circunscreve precisamente aqueles que se elevam ao status de monumento — comunicam os ideais herdados dos “pais fundadores que cada cidade cultua”, o que reforça a propriedade de orientação do espaço arquitetônico.

Outrossim, (c) baseado em uma ambivalência da (des)orientação, espaços assombrados provocam, potencialmente, uma angústia e/ou ansiedade, que se explica, pela teoria psicanalítica, em decorrência de sua característica de *extimidade* – *extimité* (Lacan, 1959-1960/2008): quando o objeto se acha situado no limiar entre o que é intimamente conhecido pelo sujeito e o que é exterior, produzindo uma inquietação capaz de gerar (des)orientação, algo afirmo ao que Freud (1919/2019) nomeia como o *infamiliar* (*das Unheimlich*).

É, portanto, na tensão entre orientação e desorientação, entre sacralização do espaço e irrupção do *infamiliar*, que se inscreve o problema orientador deste ensaio: de que modo as narrativas de assombração, ao investirem em marcos arquitetônicos do Recife, (re)configuram a experiência espacial dos sujeitos? Ao investigar essa ambivalência constitutiva do espaço do “malassombro”, busca-se compreender como o folclore urbano não apenas representa a cidade, mas participa ativamente da (re)produção de seus sentidos, afetos e modos de habitar.

Breve genealogia do Recife Assombrado

Documenta-se da ocupação do território do Recife como iniciada numa praia de pescadores e ancoradouro, e sob o nome de Ribeira de Mar dos Arrecifes. Remontando oficialmente ao início do século XVI, ou de fundação mais precisa no ano de 1537 — a partir de documento jurídico outorgado em Olinda, então sede da capitania de Pernambuco — o Recife foi porto natural, barricado de arrecifes, onde as águas do mar e as dos rios Capibaribe e do Beberibe achavam entroncamento, e por onde viriam a ser escoadas toneladas da produção dos engenhos (Pontual; Milet, 2001). Diferia das cidades altas — estas privilegiadas no modelo português de ocupação por razões defensivas terrestres e marítimas —, pois consistia em uma planície aluvial úmida, atlântica e complexa, composta por manguezais, rios, ilhas, várzeas e charcos. Enfim, de domesticação desafiadora.

Se desvela um território cuja materialidade é indissociável da água, onde o sólido e o líquido permeiam-se historicamente. Cidade cuja base físico-geográfica tanto mediaría as formas de fixação e urbanização, numa relação constitutiva entre natureza e urbe — afinal, a cidade é sempre fruto dos potenciais geomorfológicos e da habilidade do indivíduo de deles valer-se —, quanto influiria nos processos de identificação, significação e mitopoiese de sua gente.

A condição recifense de cidade anfíbia subsidia o surgimento, no imaginário popular, não somente da remota deificação do mangal (Castro, 1967), nem tampouco das não raras assombrações ligadas às águas, mas do caráter encantado do próprio rio. No seu trabalho relatado etnográfico que se debruça sobre o folclore citadino, Freyre (2000, p:38) afirma que “dos rios do Recife se diz que os redemoinhos ou peraus são quase todos encantados. Que contra eles não consegue lutar o melhor dos nadadores que não tiver a proteção da Virgem.”

Com efeito, afogamentos estão mesclados à história da povoação do Recife. Diz-se de um riacho conhecido pelo infortúnio dos que ousaram banhar-se ou atravessar suas águas durante a preamar, de sorte que foi nomeado alegoricamente como o “riacho dos afogados” — hoje “Rio dos Afogados”, topônimo que, mais tarde, se estendeu ao bairro. A antiguidade desses registros é tal que já se encontram menções em documentos da época do Recife holandês a um certo “Fluvius Afogados” (Cavalcanti, 2002).

Mas, em se tratando de rio no Recife, o mais emblemático, quase onipresente nas artes e no *corpus* imagético, é o Capibaribe. Inevitável, logo, que o curso d'água tampouco escape às suas próprias assombrações. Freyre trata-o quase como um ser consciente, como fosse ele próprio o "malassombro".

Do meio dessas águas mais de uma vez têm surgido aos olhos do homem do povo [...] aparições que talvez sejam [...] de almas de afogados. Ou de suicidas. Ou de criminosos arrependidos dos seus crimes. [...] Rio de afogamentos, de suicídios, de crimes. Rio de doenças que roem fígados, devastam intestinos, rasgam entranhas. Rio de romances russos acontecidos nos trópicos. Onde suas sombras guardarem segredos, alguns terríveis. (Freyre, 2000, p:88-90)

Em "Homens e Caranguejos" (Castro, 1967), as margens do rio, ademais, retêm matéria orgânica, parte das quais abarca carne humana dos que, tal como os caranguejos, malograram deixar os domínios das águas. Há uma angústia vinculada ao Capibaribe: um rio que é cúmplice dos assassinos e dos suicidas, guardião de mistérios e conhecedor de segredos nefastos (Freyre, 2000).

Ilustra o cenário delineado a lenda da Encanta Moça, que retrata um episódio ocorrido à beira do Capibaribe, no manguezal do Pina: conta-se de um assassinato passional/feminicídio, em que o marido, tomado em um rompante de ciúmes, acuou sua esposa por entre as raízes aéreas do lamaçal e a vitimou. Esta encantou-se e passou a habitar o mangal, atraindo os pescadores para seu fim, nas águas do rio e da maré (Melo, 2010). A pregnância desse mito na paisagem urbana é atestada no nome da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) que se acha localizada no dito território do caso, denominada pela Lei municipal nº 16.176/1996 como ZEIS do Pina/Encanta Moça.

Essas lendas que acercam o natural do urbano emergem enquanto manifestações próprias de uma cidade em que a natureza porfia em se fazer presente. Note-se que, não raro, as entidades abordadas atuam como forças punitivas contra atos de temeridade, de adentrar onde não se deve, vigiando a moralidade católica e patriarcal vigente.

Paralelamente, o imaginário fantástico das lendas prolongava-se na castração das crianças, como mecanismo de contenção de seus impulsos pueris. Freyre (2006) assinala que o menino brasileiro, mais que em qualquer outro lugar do mundo, cresce rodeado de assombrações. Dentre os contos infantis de assombração, rememora-se o Papa-figo. Diz-se em certa

época, que um homem de sobrado definhava de uma moléstia incurável pela medicina, tornando-se lívido e suscitando o horror na população. Recorrendo aos conhecimentos de um curandeiro, este lhe recomendou alimentar-se de “figo” — corruptela da palavra fígado — de menino e pôs-se ele mesmo a vagar pela cidade, raptando em “um saco ou surrão” os meninos que achava, “para a dieta do doente” (Freyre, 2000, p:95).

A figura do Papa-figo exercia sobre as crianças uma função análoga à que o “Boca-de-ouro” desempenhava para os moços boêmios das noites recifenses. Freyre (2000, p:62-63) evoca a existência de uma espécie de zumbi, trajado de boêmio, que, nas madrugadas, se prostrava nas encruzilhadas, pedindo “fogo” aos que por ele passavam, tal era o Boca-de-ouro. Apesar da impossibilidade de mapear precisamente suas aparições — afinal, como boêmio, assumia a forma de um andarilho da cidade —, a narrativa gilbertiana relaciona sua presença, fortemente, aos cais do Recife, margeando o rio Capibaribe pelas ruas da Aurora, do Sol, Martins de Barros etc.

Para além do centro, há também “causos” de assombrações que vagam pela Zona Norte da cidade, como narra o conto “Um lobisomem doutor” (Freyre, 2000), ambientado no atual bairro do Poço da Panela — outrora estância balneária recifense. Afirmava a relatora do episódio, Josefina Minha-Fé:

Era um horror, menino!... Tomava forma de cão danado, mas tinha alguma coisa de porco. Toda noite de sexta-feira estava nos ermos de Caldeireiro, do Monteiro, do Poço da Panela, cumprindo seu fado nas encruzilhadas. Espojando-se na areia, na lama, no monturo. Correndo como um desesperado. Atacando com o furor dos danados a mulher, o menino e mesmo o homem que encontrasse sozinho e incauto, em lugar deserto. (Freyre, 2000, p:64)

Nesse excerto, Josefina circunscreve o lugar, dia e hora, onde o monstro costumava manifestar-se. Caberia aos moradores das vizinhanças manterem-se alertas para esses indícios. Precaução que a própria narradora negligenciou, pois, aos treze anos — conta —, “numa dessas sextas-feiras à noite”, saiu de seu mocambo rumo a uma das vendas do Poço da Panela, a “venda do português”, quando foi atacada por “um lobo com a gula de comer viva [...] a menina inteira depois de esfaquear-lhe o vestido” (Freyre, 2000, p:66).

A predileção desse lobisomem pelas terras do Poço da Panela tinha um fundamento: no início do século XX, dizia-se que as águas do Capibaribe naquele trecho

gozavam de “um quê de milagrosas”. Não por acaso, até os dias atuais, o bairro abriga o pátio da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, padroeira dos aflitos e enfermos. Coerente à essa simbologia, é a essa santa que o lobisomem mais demonstra aversão — “mais medo [...] que do próprio Nosso Senhor” (Freyre, 2000, p:66) —, como se a besta fosse a encarnação direta da doença.

Outro lobisomem a que Freyre (2000, p:134-135) faz menção em seu livro é aquele descrito, em sua forma humana, como detentor de uma pele branca, tão branca que “só de olhá-lo os outros tinham vontade de vomitar [...] Sua brancura dava nojo”. Segundo o autor, esse ser errante se nutria do sangue de moças virgens e meninos rosados. A palidez cristaliza-se então como uma das características impactantes da criatura mítica.

Vê-se, nos atributos dos personagens do “malassombro”, ser esboçada uma semiótica do corpo monstruoso (Araújo, 2023). A notória insistentência em descrever certos signos corporais não pode ser imputada à mera fantasia onírica, signos tais que se reiteram amiúde nos contos mencionados e em outros correlatos: a palidez extrema, o amarelamento, o miasma, a prostração moribunda. São esses signos — e não a invisibilidade ou a etereidade — que distinguem as entidades do “malassombro” recifense dos fantasmas da tradição europeia.

Em uma época na qual determinadas doenças anunciavam uma inapelável morte, nada mais sinistro que o revés do flagelo. Segue-se que a doença não figura como predicado acessório das aparições ou monstros, mas o substrato mais estruturante de sua constituição ontológica, o motor de suas ações. Há ainda outra leitura possível sobre tal pavor diante da brancura e/ou da clausura: a manifestação do *infamiliar* ante o estrangeiro, aquele que portava uma diferença capaz de ameaçar a identidade do sujeito, rigidamente moldada segundo o *ethos* da colonialidade herdada da casa-grande.

Em simultâneo, a rua irrompe como um “lugar” de desprestígio, da alteridade marcada pela diferença de classes, palco de encontros com um “outro” indesejado. A ambiência urbana do Recife colonial concentrava elementos que serviam de combustível para a elaboração de fantasias em torno da ameaça espreitada. A penumbra que qualificava a cidade como um “burgo

escuro” (Freyre, 2000, p:44), expõe a contradição, no Recife de feição colonial, entre a vida na rua e a vida circunscrita às residências.

A negação das vias pelas camadas abastadas reforça, por sua vez, o caráter sobrenatural do espaço público urbano, no qual as assombrações imperam e rechaçam os cidadãos para o interior de seus sobrados. Freyre (1936, p:89) aponta que sair à rua era, no Recife oitocentista, gesto evitado como insígnia de distinção social, almejando “ser o menos visto possível e se confundir o menos possível com essa parte da população que os grandes chamam de povo e que tanto abominam”.

Depreende-se, assim, que a rua era espaço das assombrações e dos que não se conformavam aos valores “normais” da época ou não pertenciam à elite econômica — veredito que, talvez, exprimisse muito menos uma interpretação das leis naturais e muito mais o atestado de uma inquietação burguesa sobre os locais em que o seu poder de capital ou de influência não valiam (Araújo, 2023).

Na segunda metade do século XIX, o caráter assombrado não mais se limita às ruas, mas os próprios sobrados e as casas de porta-e-janela (Freyre, 2000) passam a sediar seus eventos, ingressando no imaginário popular como ambientes propícios às narrativas fantásticas. O surgimento das assombrações domésticas é contemporâneo ao advento da cultura cafeeira no Sudeste do país, quando a cultura canavieira tradicional nordestina atravessava seu declínio (Araújo, 2023).

Antes de ser um tipo arquitetônico, o sobrado recifense era um dispositivo de poder. Freyre (2006, p:12) descreveu a casa-grande e, por extensão, o sobrado urbano que lhe sucedeu como “uma força social de conservação, e ao mesmo tempo de organização e de expansão do sistema patriarcal”. A verticalidade do sobrado sobre o mocambo horizontalizado é uma metáfora espacial da hierarquia colonial que não requer decifração adicional: quem habita os andares superiores olha o mundo de cima — literalmente e simbolicamente.

Quando esse sobrado se arruína e passa a ser habitado, no imaginário popular, pelos fantasmas dos seus antigos donos, o que está em curso não é uma inversão da ordem, mas sua perpetuação sob forma especular. O fantasma do Visconde de Suassuna — que, segundo Freyre (2000, p:114), aparecia no Solar do Pombal “para pedir humilde e cavalheirescamente

perdão aos antigos escravos” — não subverte a hierarquia colonial ao solicitar escusas: ele a confirma, pois o ato de súplica pressupõe, ainda e sempre, o reconhecimento da assimetria que o constitui como o culpado reconhecível de um sistema. O pedido de perdão é a cena máxima da culpa individual que não apaga a responsabilidade estrutural.

Freyre (2000, p:44-46) documenta ainda que o sobrado recifense era, antes de tudo, uma arquitetura da vigília visual: suas janelas de treliça — “muxarabis” de herança moura — permitiam ver sem ser visto, instituindo uma assimetria do olhar que era, em si mesma, um dispositivo de controle. O patrão que observava da janela alta do sobrado a rua lá embaixo; a mulher reclusa que via o mundo através das grades; o escravo que trabalhava sob o olhar que vinha de cima — todos esses dispositivos de visibilidade assimétrica fazem do sobrado colonial não apenas um modelo construtivo, mas uma máquina de vigilância.

Enfim, os espaços do “malassombro” do Recife são, certamente, bastiões de uma memória ameaçada pela modernização e pelo esquecimento — mas a memória que guardam é, em larga medida, a memória das classes que erigiram os sobrados, não a memória daqueles que os habitaram como escravos, serviçais ou inquilinos subalternos. O Visconde de Suassuna pede perdão aos escravos — mas é o Visconde quem habita o espaço do “malassombro”; os ex-escravizados sequer aparecem como espectros com direito a endereço e conto próprio.

A assombração e o encantado carregam, portanto, as lógicas das esferas hierárquica, econômica, civil e paisagística da sociedade que os gerou, além de marcas da sua trajetória histórica. Disso decorre a relevância de se investigar esse aspecto da dimensão imaterial da cidade: as lendas e encantamentos constituem elementos de primeira ordem para o estudo da antropologia urbana e de seu imaginário.

Não obstante os contos e causos mobilizados remontem, em grande medida, ao período colonial, sustenta-se que o imaginário e o simbólico constituídos sob a égide da colonialidade permanecem inscritos na experiência urbana contemporânea. Em um movimento de continuidade, tanto o espaço arquitetônico quanto as narrativas folclóricas, entre outras expressões das representações sociais, balizam as formas pelas quais o sujeito cidadão habita a cidade, ontem e hoje. Na seção seguinte, apresenta-se uma breve discussão teórica que, a partir de uma articulação pluridiscipli-

nar — em especial entre arquitetura e psicanálise —, busca delinear um modelo explicativo para as afetações dos espaços assombrados do Recife sobre a experiência do sujeito.

Implicações simbólicas do Sagrado e do *infamiliar* no espaço arquitetônico e seus efeitos sobre experiência subjetiva

Inicia-se esta seção rememorando um fato que é amplamente discutido na teoria da arquitetura: a relação quase ontológica entre o surgimento da casa e da cidade e a experiência do sagrado derivada do culto aos mortos.

Mumford (1989) defende que a caverna, cavidade natural que nos tempos primevos atuou como um prenúncio da casa, conferia um vislumbre da faculdade que os espaços emparedados teriam — decorrente de sua função simbólica de contingência ao humano e dos efeitos acústicos de sua geometria — de intensificar a receptividade espiritual, promovendo uma exaltação que concorreria para a experiência do sagrado.

A construção da casa, representada entre os teóricos da arquitetura por uma mítica cabana primitiva, teria advindo da “necessidade” de manter aceso o fogo que, entre os antigos, atuava como uma representação simbólica dos ancestrais divinizados. Estes protetores familiares do grupo eram nomeados de “lares”, pelos romanos, uma correspondência metonímica que entrelaçava o lar (casa/domicílio), os lares (deuses familiares) e a lareira (fogo sagrado) (Fustel de Coulanges, 2002).

Vê-se que a religião doméstica praticada na antiguidade clássica articula o enodamento entre casa (arquitetura) e os deuses familiares. Note-se que a consagração da casa reivindica a presença “perpétua” dos deuses, “não por um dia, nem mesmo pela precária vida do homem, mas pelo tempo que esta família existir e dela restar alguém que conserve a chama” (Fustel de Coulanges, 2002, p:66). O exposto mobilizou o humano/construtor a desenvolver técnicas que garantissem a permanência das divindades familiares, o que pode ser lido como um desejo de sustentação da “memória” ligada ao culto aos ancestrais mortos. A cabana de madeira logo deu lugar à casa de pedra, construída para que diferentes gerações se sucedessem na mesma habitação.

A relação entre o sagrado e a edificação da casa, resposta à necessidade humana por moradias perenes que resguardassem o elo ancestral, também é observada na gênese urbana, que, segundo Mumford (1989), teve seu surgimento derivado dos centros cerimoniais ligados ao culto aos mortos. Antes mesmo dos primeiros assentamentos humanos, e do advento da moradia fixa, já existia a necrópole, para onde as pessoas peregrinavam sazonalmente em visita aos túmulos dos mortos.

Quando inaugurados os assentamentos humanos fixos, foram instituídas, em algumas culturas, uma relação entre o jazigo perpétuo dos ancestrais e o *locus* de moradia dos seus descendentes. Acerca da antiguidade clássica, diz Fustel de Coulanges (2002, p:147) que “a religião proibia deixar a terra onde se tinha fixado o lar e onde os antepassados divinos repousavam [...] não podia mudar-se sem levar consigo o seu solo e os seus ancestrais”, de modo que uma ritualística se faria necessária para sacralizar o espaço, possibilitando o habitar.

Reporta-se que a fundação de Roma seguiu determinações do rito etrusco: com a utilização de um arado, foram abertos sulcos na terra, delineando os limites da cidade, e muros foram erguidos no limiar do traçado definido pelo arado, garantindo a sacralidade da terra delimitada e possibilitando aos novos habitantes dela tomarem posse, assim “expulsando os fantasmagóricos habitantes anteriores que não eram amigáveis” (Rykwert, 2006, p:62).

Os relatos históricos acerca da antiguidade greco-romana são alçados neste ensaio como um espelho do discurso que moldou a ocidentalidade e se acha entranhado na constituição subjetiva dos ocidentais. Para a teoria psicanalítica, pilar fundamental do corrente ensaio, o Sujeito é causado a partir de sua inserção na ordem do Outro, instância da linguagem e da cultura que articula uma ordem significante. No texto sobre a noção de significância na arquitetura, a arquiteta Lúcia Leitão (2021, p:7) aponta que este Outro evoca aquilo “que nos faz humanos, [...] que emana um discurso emitido pelos pais fundadores da história humana, transmitido, como tal, de geração a geração”. Sobre o papel da arquitetura, a autora defende que “a cada geração, é preciso distinguir aqueles [edifícios] que falam e, portanto, são elos da cadeia do discurso que nos constituem, daqueles que, mudos, nada têm a dizer” (Leitão, 2021, p:8).

Neste ensaio, a arquitetura será abordada tanto na escala predial como na urbana, entendendo-se que, em ambas, o que caracteriza, fundamentalmente, o espaço arquitetônico é que seu fato gerador decorre de uma ação projetual compositiva: uma ideia nascida da criatividade humana, revelada na tectônica, e que, enquanto obra humana, é atravessada pela matriz significante engendrada na cultura.

Como veículo/espelho significante, para além de um produto, a arquitetura assume um papel constitutivo na formação subjetiva dos cidadãos, e passa a influenciar ativamente na (re)produção social dos valores imbuídos no arcabouço cultural. Uma via de explicação para esse fenômeno pode se dar através do conceito freudiano de identificação, entendido como o “processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam” (Roudinesco, 1998, p:363). Leitão (2014, p:145-146) propõe um esquema explicativo sobre o papel da arquitetura nos processos de identificação dos sujeitos:

Com o conceito de identificação, fica mais fácil perceber o laço que nos irmana a todos — um passado que emenda com a vida de cada um — e, sobretudo, o elo de permanência — as relações identitárias uma vez efetivadas se inscrevem para sempre no psiquismo [...]. É porque, ao olhar o ambiente construído, o sujeito vê a si mesmo, como num espelho, que esse sujeito como que se encontra nele e por meio dele, isto é, reconhece a si mesmo na casa, na cidade, no espaço que, uma vez edificado, reflete os valores que lhes são mais caros, suas crenças mais íntimas, sua cultura, enfim. (Leitão, 2014, p:145-146)

Nesse sentido, Huskinson (2021, p:59-63) defende que “os edifícios são os arquitetos de nossa pessoa [...], nos convidam a nos envolvermos com eles a fim de explorar aspectos não mapeados e inconscientes de nós mesmos”. Entende-se que a arquitetura afeta o Sujeito, e este é convocado a responder a essa afetação através de uma elaboração psíquica que vai além da racionalidade, haja vista a capacidade do edifício de evocar significados “excedentes”, não abarcados pelo campo lógico da consciência.

Sobre os significados que atravessam o campo relacional formando pelo sujeito (cidadino) e a arquitetura da cidade, interessa, sobremaneira, a este ensaio, investigar casos que tangenciam aspectos do Sagrado e do *infamiliar*, notadamente aqueles que irrompem na interação entre ambos — obversável no objeto desta pesquisa, que é o Recife “malassombrado”.

O que se denomina Sagrado, neste texto, está para além do fenômeno sacro-religioso particularizado em crenças unitárias, mas remete a uma dimensão, oposta ao Profano, que orienta o *homo religiosus*, uma categoria existencial que, segundo Eliade (2018), corresponde a um “modo de ser” observável tanto no humano das sociedades tradicionais como na contemporaneidade ocidental. Um dos pressupostos trazidos pelo referido autor (Eliade, 2018) é que o Sagrado instaura roturas na homogeneidade espacial, fundando o “cosmos” conhecido, apto à orientação do humano em seu percurso sobre a terra, de modo que a manifestação do sagrado repercute na criação ontológica do mundo.

Mitos e Ritos de fundação se achavam imprescindíveis para fazer surgir cidades entre os antigos gregos e romanos. O emblemático traçado urbano ortogonal, observável em cidades etruscas e romanas, seguia mandamentos ligados à orientação cósmica e geográfica a fim de investir o território de uma aura protetiva: determinações de um traçado retilíneo, cujo marco zero do território revelava quadrantes precisos evocavam a irrupção do sagrado na urbe. Uma ação do campo simbólico e da crença que tinha, como efeito, ampliar a dimensão cosmológica do espaço construído, alcançando a arquitetura a uma existência que não se encerraria na materialidade. Rykwert (2006, p: 68) reporta que “uma vez erigida ritualmente a cidade, ela possuía mais que uma existência física; [...] um chefe guerreiro vitorioso não ficava habitualmente satisfeito com o incêndio ou a demolição da cidade, mas tinha que desfazê-la ritualmente, como que desestabelecê-la”.

Outro dado importante acerca da relação entre o mito, a cidade e o sentido de orientação conferido pelo sagrado é registrado por Dardel (2015) em sua afirmação de que é por meio do mito que a realidade geográfica é validada e que o território se constrói. Acerca da formação da cidade do Recife, conforme pontua Josué de Castro (1967), os ribeirinhos explicavam o alçamento aluvional das terras em redor através de narrativas mitológicas que tratavam do emaranhado das raízes dos manguezais, equiparando o mangue a um Deus, porquanto era capaz de terraformar. Essa característica geográfica de cidade anfíbia, defendida por Castro (1967), vai reverberar na ambiência aquática dos contos do “malassombro”, o que ganha reforço na afirmação de Freyre (2000) sobre o fato, já mencionado na seção anterior, de o sobrenatural, no Recife, estar ligado à água do rio e do mar mais do que em qualquer outra cidade grande do Brasil.

Diante do exposto, depreende-se o mito como sendo um “modelo exemplar” — “é a irrupção do sagrado no mundo, irrupção contada pelo mito, que funda realmente o mundo, seja ela uma realidade total, o Cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, uma instituição humana” (Eliade, 2018, p:86).

Em “O mito individual do neurótico”, Lacan (1952/2008) concebe o mito, em uma de suas formulações, como uma representação objetivada, vinculada a uma forma narrativa, por meio da qual se figuram, no plano imaginário, as relações fundamentais que estruturam um modo de ser historicamente situado. Ademais, ele se manifesta socialmente de maneira variável, ora latente, ora patente, como expressão desse mesmo modo de existência.

O psicanalista francês (Lacan, 1952/2008) aponta que o mito pode ser também compreendido como uma formulação discursiva capaz de exprimir a essência de algo, exemplificando que o “complexo de Édipo”, um dos conceitos centrais da teoria freudiana, tem valor de mito.

Sobre o complexo de Édipo, Freud (1913/2013) narra, em “Totem e Tabu”, um acontecimento “mítico” que se relaciona com o campo do Sagrado. Nele, se conta sobre o “ato simbólico do assassinato paterno”, uma alegoria mítica que explica o porquê de os humanos estarem predispostos a tomar o lugar do pai — algo que tem lugar na fase do desenvolvimento infantil relativa à base constitutiva do sujeito, marcada pela identificação com a figura parental seguida pela castração, que funda o Superego/ Supereu: instância psíquica censora onde incide a regulação moral.

De acordo com Freud (1913/2013), teria ocorrido, em uma horda pré-histórica, o “parricídio primevo”, acontecimento onde o filho, almejando tomar o lugar do próprio pai, mata-o e devora-o, num ato cujo simbolismo remete ao desejo de identificação e introjeção de seus atributos. Após o ocorrido, sucede o acometimento de uma culpa, que é resolvida pela instauração de um culto substitutivo, onde o pai é divinizado e uma lei é instaurada arrolando compromissos, proibições e tabus em torno da figura totêmica do ancestral morto.

O exposto revela uma demanda psíquica por trás do culto aos ancestrais, sendo factível pensar que, assim como ocorrido entre os gregos e romanos — que durante a antiguidade clássica tiveram a construção da

casa e da cidade antiga em torno do fogo sagrado e dos marcos territoriais, tais como termos e muralhas, que simbolizavam e presentificam proteção do ancestral morto —, o humano ocidental, em outros recortes geográficos e temporais, conservou esse traço da cultura, edificando casas a partir da relação com o “pai morto”.

Ancorada na obra de Fustel de Coulanges (2002), Leitão (2021) anota que os gregos antigos erigiram a arquitetura a fim de transmitir os ideais coletivos que emanavam da “grande voz” dos pais fundadores. O altar e a lareira erguidos para abrigar o fogo sagrado seriam monumentos e, enquanto tais, veiculavam a tradição ancestral.

A cidade se constitui, pois, a partir da ação e do poder, real e simbólico, dessa figura sagrada, por vezes mitológica, a quem se atribuía a emissão de um discurso evocado e manifesto em preces e ritos que expressavam ideais coletivos. A exemplo do altar e do fogo sagrado que sobre ele ardia, esses ritos demandavam um lugar onde a imposição de memória se materializasse — *um monumento*. (Leitão, 2021, p:07)

O “fogo do Lar (deus familiar)” pode ser situado como uma expressão da instância psíquica superegóica, tendo um paralelo entre as proibições e obrigações instauradas no culto sagrado, em memória aos ancestrais, com o fenômeno que opera no psiquismo humano decorrente da função do Superego, que, segundo a teoria freudiana, conforme explicado anteriormente, sediaria a moral e teria sua formação associada a lei paterna — instaurada por advento do complexo de Édipo, cujo representante mítico/simbólico decorreria do parricídio primevo.

De acordo com Leitão (2021), a expressão da voz paterna recai, sobremaneira, na edificação da cidade, especialmente nos objetos arquitetônicos que adquirem uma “aura” que é própria dos monumentos. Nas palavras da autora (Leitão, 2021, p:6), “edifícios tornam-se monumentos, pois, se e quando são inconscientemente reconhecidos como a grande voz que fala a uma coletividade. Isto é, quando se constituem em marcos psíquicos postos pelos pais fundadores”.

Um marcador importante que se avulta na arquitetura investida como monumento diz respeito à significância, a partir da qual emergiriam as demandas de preservação desse bem (Leitão, 2021). Um pressuposto teórico que pode ser invocado no caso dos monumentos detentores da significância, forjada na identificação dos sujeitos, é que o desejo de preservar tais estruturas é uma resposta pela busca de orienta-

ção do humano, e uma tentativa de conter uma ansiedade psíquica que é fundamentalmente presente na vida dos sujeitos. Para Huskinson (2021, p:55), “procuramos nos projetar fora de nosso corpo mortal e na estrutura duradoura dos edifícios a fim de sentir que adquirimos fortificação e proteção adicionais contra a ansiedade da morte”.

A despeito do que foi teorizado sobre os monumentos, o objeto investigativo deste ensaio, os edifícios e espaços do “malassombro” no Recife, correspondem a uma classe de arquitetura que, apesar de ecoar valores decorrentes de um *ethos* social, sendo factível a atribuição de uma demanda superegóica, não se elevam necessariamente à categoria de monumento, haja vista que, ao contrário da estabilidade contingente emanada por estes, o que se precipita, na maior parte dos casos, é a angústia e a ansiedade que remete àquilo que a psicanálise nomeia como *o infamiliar*.

Nesse ponto, abre-se um adendo para desenvolver os pressupostos supramencionados relativos às arquiteturas assombradas, em um primeiro momento enfocando nos afetos subjetivos de sua construção simbólica que remontam ao *infamiliar* e, posteriormente, nos valores da ordem social que é espelhada pelo discurso e que se liga à materialidade do espaço construído.

De acordo com Freud (1919/2019, p:59), “o *infamiliar* é uma espécie do que é aterrorizante, que remete ao velho conhecido há muito íntimo” que pode ser descortinado, especialmente “[...] quando complexos infantis recalcados são revividos por meio de uma impressão ou quando crenças primitivas superadas parecem novamente confirmadas” (Freud, 1919/2019, p:87).

Há que se considerar ainda que os afetos da vida anímica que retornam ao sujeito, causando o espanto do *infamiliar*, podem ser despertados, também, pela ficção, por ação da fantasia que emana da criação literária (Freud, 1919/2019). É também possível estabelecer uma aproximação desse gênero na construção dos relatos do “malassombro” no Recife, tais como os que foram alçados na seção anterior, assim como outros mais, através dos contos e crônicas que se registram na oralidade, na imprensa, e, mais contemporaneamente, em revistas, HQs, na TV e no cinema.

Assim como a palavra falada e escrita, a linguagem arquitetônica também veicula camadas do conteúdo do Recife Assombrado, integrando a cadeia significativa que se erige em torno dos mitos. Note-se que os ca-

racteres tipológicos e estilísticos dos sobrados e ruas do bairro do Recife – conhecido como Recife Antigo –, Santo Amaro e Poço da panela, ambiência das assombrações do “Boca-de-ouro”, do “Lobisomem Doutor” e do Visconde de Suassuna, atuam como signos que situam a arquitetura em um contexto social, histórico, cultural e temporal.

Para mais, conforme asserção de Vidler (1992, p.11, tradução nossa), “[...] o infamiliar não é uma propriedade do espaço em si, nem pode ser provocado por qualquer configuração espacial específica”. O autor defende que este fenômeno encontra lugar na dimensão estética da representação de uma dimensão reconhecida pelo psiquismo que dissolve as fronteiras do real, evocando uma perturbação que pode ser lida como um deslizamento onírico, entre o estado de vigília e o sonho.

Nesse sentido, defende-se o papel multidimensional da arquitetura, que, para além de atuar como suporte para o *Simbólico* — reporta-se aqui, nos termos da psicanálise de Lacan (1953/2005), aos três registros da realidade psíquica, concernente ao tripé *RSI*, ou *Real*, *Simbólico* e *Imaginário* —, apoia o *Imaginário* em torno da cena fantasística e serve como um espelho para o *self*, o contingente identitário do Sujeito.

Para Lacan, o objeto que facilita a descoberta do self é o self em pedra. A imagem especular é “a estátua na qual o homem se projeta”; “a estátua que olha de volta para nós. De acordo com Lacan, o self é continuamente redescoberto ao longo da vida em nossas interações com vários objetos, incluindo o imaginário arquitetônico que, como Lacan escreve, aparece com frequência em sonhos como “estruturas fortificadas”, um “campo fortificado” ou “estádio” que contém dentro de si “o altivo e remoto castelo interno”. (Lacan, 1949/2006, p:76-78 *apud* Huskinson, 2021, p:93)

A partir do citado, conclui-se que a arquitetura da cidade, destacando-se a cena do “malassombro”, orienta o sujeito/cidadino enquanto se oferece como medida para o corpo, e, a essa função orientação, se soma o simbólico relativo ao *ethos* social adossado à forma significante — o que já fora reportado como uma representação superegóica que emana da voz do pai fundador.

Por fim, vê-se também a implicação do *Real* na arquitetura assombrada, e seria precisamente nesse registro, a partir do que a literatura lacaniana declarou como “extimidade” — aquilo que coexiste externo e íntimo —, que se revela o potencial angustiante do conteúdo do *infamiliar* em torno das cenas do “ma-

lassombro”. Tece-se um paralelo com o estudo de Pohl (2019) acerca da Sathorn Unique Tower de Bangkok — também conhecida como Ghost Tower, face aos relatos de assombração —, que declara haver na arquitetura assombrada um conteúdo que escapa ao campo *Simbólico* e adentra o *Real*, como um excedente que tem sua localização imprecisa e gera, então, desorientação nos sujeitos.

Em outra medida, também é pertinente abordar, sobre os “causos” dos “espaços do assombrado, a potencial afetação de uma ansiedade no sujeito advinda da possibilidade de confronto com o(s) fantasma(s), que faz com que sombras e/ou formas indecifráveis à razão perturbem o enquadre fantasístico ao impor uma presença quando o esperado seria a ausência. É como se ambiência urbana, superabundante de relatos e signos atrelados a narrativa fantástica, convocasse o cidadão à experiência do assombrado. Tal configuração orquestra o encontro do sujeito com um simulacro de objeto espectral que confronta o limite da existência estruturada do *self*.

A título de exemplificação, pode-se supor a experiência de um *flâneur* que percorre o centro do Recife durante a noite. Ao atravessar a Praça Chora-Menino, detém-se diante de uma inscrição cuja opacidade parece exceder sua função informativa, instaurando uma primeira inflexão na percepção ordinária do espaço — gravada em pedra, há uma placa com os dizeres atribuídos a Nilo Pereira que declaram “esta cidade é mágica, meio bruxa, feiticeira, quebranta, tira as forças”. Mais adiante, ao passar pelo Solar do Pombal, do Visconde de Suassuna, o jogo entre luz e sombra faz insinuar, mais do que propriamente revelar, um prenúncio da figura fantasmagórica que ali se associa, como se a ausência fosse momentaneamente tensionada por uma presença possível. Esse mesmo efeito se reinscreve ao longo da Rua do Sol, onde, nas zonas de penumbra projetadas pelos postes, a figura do Boca-de-Ouro parece espreitar não como entidade manifesta, mas como virtualidade sustentada pelo entrelaçamento entre espaço, narrativa e expectativa. Conclui-se que, no referido percurso, o que se evidencia não é a irrupção do sobrenatural em si, mas a maneira pela qual a ambiência urbana, saturada de signos e relatos, dispõe o sujeito a experimentar o assombrado como possibilidade iminente.

Considerações Finais

O presente artigo buscou compreender os efeitos do habitar a cidade a partir do arcabouço simbólico vei-

culado pelos espaços arquitetônicos do Recife investidos do caráter assombrado. Para tanto, articulou três pressupostos complementares: a compreensão dos espaços do “malassombro” como lugares apartados da homogeneidade profana e investidos de uma dimensão sagrada; o reconhecimento da arquitetura como veículo significante capaz de transmitir valores, memórias e identificações coletivas; e a interpretação da experiência do malassombro à luz do infamiliar freudiano e da extimidade lacaniana, situando-a no campo da ambivalência entre orientação e desorientação.

A articulação desses pressupostos permitiu sustentar que as narrativas de assombração não apenas sobrepõem camadas simbólicas aos marcos arquitetônicos do Recife, mas os reconfiguram como espaços de condensação temporal, nos quais distintos regimes de memória, moralidade e poder coexistem e incidem sobre a experiência subjetiva dos cidadãos.

O espaço do “malassombro” revela-se, assim, não como anomalia da cidade, mas como expressão sintomática de suas contradições históricas, fazendo emergir enredos que a modernização urbana não logrou exorcizar. Nessa perspectiva, o Recife “assombrado” não deve ser compreendido como um anacronismo folclórico, nem como um resíduo cultural destinado ao desaparecimento. Ao contrário, sua persistência evidencia que a arquitetura urbana opera como um sistema de inscrição e de memória no qual aquilo que foi historicamente reprimido — a violência colonial, a escravidão e a hierarquia patriarcal — retorna sob a forma de narrativas, afetos e experiências de estranhamento. O que assombra a cidade são, sobretudo, os traços materiais e simbólicos de uma história que permanece ativa e que insiste em se manifestar por meio de lapsos na ordem espacial.

Tal compreensão enseja uma reflexão crítica sobre as políticas urbanas e patrimoniais que, ao privilegiarem narrativas oficiais, afeitas ao arcabouço monumental, tendem a desconsiderar os saberes, as crenças e as memórias inscritas na cultura popular. Ao relegar o folclore ao estatuto de curiosidade turística ou de vestígio pré-moderno, essas políticas obscurecem formas alternativas de apropriação e significação do espaço urbano.

Diante do exposto, defende-se que o reconhecimento do “malassombro” como dimensão constitutiva da experiência urbana implica admitir que a cidade contem-

porânea não se sustenta apenas sobre infraestruturas materiais, mas também sobre repertórios simbólicos e afetivos que orientam, desorientam e produzem modos de habitar.

Referências

ADORNO, T.W. O ensaio como forma. In: ADORNO, T.W. *Notas de Literatura I*. trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 15-46.

ARAÚJO, F. M. H. *Da semiose dos lugares do Recife na permanente renovação do folclore assombrado cidadão*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023.

CÂMARA CASCUDO, L. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Global, 2012.

CASTRO, J. D. *Ensaio de geografia humana*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

CASTRO, J. D. *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *O Recife e suas ruas: se essas ruas fossem minhas*. Recife: Edições Edificantes, 2002.

DARDEL, E. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. 4.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

FREUD, S. *Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. (Original publicado em 1913).

FREUD, S. *O Infamiliar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 (Original publicado em 1919).

FREYRE, G. *Assombrações do Recife Velho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000 (Original publicado em 1958).

FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1936.

FUSTEL DE COULANGES. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

HUSKINSON, L. *Arquitetura e psique: um estudo psicanalítico de como os edifícios impactam nossas vidas*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

LACAN, J. O simbólico, o imaginário e o real (1953). In: LACAN, J. *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, pp. 09-54.

LACAN, J. *O Seminário, Livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.



LACAN, J. O mito individual do neurótico ou Poesia e verdade na neurose (1952). In: LACAN, J. *O mito individual do neurótico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, pp. 11-44.

LEITÃO, L. *Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos*. 2.ed. Recife: Editora da UFPE, 2014.

LEITÃO, L. A cidade diz tudo o que você deve pensar: notas para uma discussão teórica sobre a noção de significância. *Arquitextos*, ano 21, n.249.01, fev. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.249/8005>. Acesso em: 01 out. 2025.

MELO, R. B. *Malassombramentos: Os arquivos secretos d'O Recife assombrado*. Recife: Bagaço, 2010.

MUMFORD, L. *The City in History*. New York: Harcourt, 1989.

OLIVEIRA, W. D. *Geologia da planície do Recife: contribuição ao seu estudo*. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, 1942.

POHL, L. Object-disoriented geographies: the Ghost Tower of Bangkok and the topology of anxiety. *Cultural Geographies*, v.27, n.1, p.71-84, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474474019864984>. Acesso em: 01 abr. 2026.

PONTUAL, V.; MILET, V. *Olinda: Memória e Esquecimento*. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais (ANPUR), Salvador, 2001, p. 39-57.

ROUDINESCO, E. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RYKWERT, J. *A ideia de cidade: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

VIDLER, A. *The architectural uncanny: essays in the modern unhomely*. Cambridge: The MIT Press, 1992.